

## Pôr fim à Marginalização e à Exclusão

(original de Rene Wadlow <sup>i</sup> - TRANSCEND Media Service - 17 de outubro de 2016)



O dia 17 de outubro foi escolhido pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1992, pela sua resolução 47/196, como sendo o "Dia Internacional para a Erradicação da pobreza". A 17 de outubro de 1987 milhares de pessoas reuniram-se em Paris, afim de celebrarem, pela primeira vez, o Dia Mundial para a Erradicação da Miséria. A concentração teve lugar no *Tracadero*, Praça dos Direitos Humanos e da Liberdade, lugar onde fora assinada em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Particularmente, neste dia foi lembrado o facto de que, as pessoas que são vitimizadas pela extrema pobreza e consequentemente pela fome e violência, não gozam dos direitos que outrora foram estabelecidos na Declaração Universal.

De certa forma, o que se pretendeu e pretende, desde a data dessa primeira comemoração, é que tanto ideias como valores, possam vir a ser institucionalizados na sociedade mundial. Apesar de terem sido necessários cerca de 40 anos, desde a data da Declaração Universal, até ao dia em que foi reconhecido o facto de haver pessoas que se encontravam nas margens das sociedades, e mais cinco anos, para que este problema pudesse vir a ser tido em conta como necessário, pela resolução da Assembleia Geral, ainda assim há que agradecer pela consciencialização do problema e possível resolução.

Ao longo do tempo, tem vindo a ser desenvolvida uma consciência crescente, de diferentes modos de erradicação da pobreza, na medida em que deixa de ser unicamente uma preocupação dos governos, para passar a ser também dos pobres e marginalizados. Assim sendo, a imagem que mais comumente tem vindo a ser utilizada é: - A diminuição da pobreza não parte apenas de um esforço "*de cima para baixo*" (dos governos em relação aos cidadãos), mas também de um processo "*de baixo para cima*" (dos pobres para com os detentores de riqueza e os órgãos de decisão governamentais). Deste modo, hoje existe uma consciência de que os setores marginalizados da sociedade devem estar envolvidos no processo de tomada de decisão que determina a vida sociocultural, económica e política do Estado. Esta consciência é muitas vezes chamada de "participação popular", "organização comunitária" e "organizações de base".

Como diz o «*Asian Committe for People's Organization*» no seu manual para os organizadores, "*Organizing People for Power*", "São os opressores que, afinal, controlam a tomada de decisão das empresas, o aparelho de governo, os media, ou até mesmo a polícia. Embora o povo os supere em larga escala, não detêm o poder de se oporem face à tirania destes. Por si só, os pobres agricultores, trabalhadores ou moradores de bairros não têm expressão, por falta de recursos, como dinheiro, por exemplo. A transferência de poder das mãos dos opressores, para a dos oprimidos, não é facilmente realizada numa simples manobra. Parte da dificuldade reside na "cultura do silêncio" que foi incutida na consciência das pessoas, ao longo de séculos de dominação. Pouco a pouco, os oprimidos internalizaram uma mentalidade servil que é reforçada pela sua experiência diária. Acham difícil antever a sua própria libertação, por

meio das suas forças, procurando assim, fora de si próprios, uma força que os salve. O estado em que se encontram é de passividade aguardando que a libertação venha do céu ou de um líder messiânico".

No entanto, há esforços crescentes pelos quais as pessoas são libertas da sua cultura de silêncio, exigindo uma participação significativa na sociedade, através de projetos socioeconómicos que aumentem o seu poder de intervenção. Tais abordagens envolvem tensões e conflitos, mas os conflitos podem ter um potencial criativo. Como afirma o *Instituto Xavier de Serviço Social* de Ranchi, Índia, num conjunto de notas para os trabalhadores envolvidos no desenvolvimento rural e educação de adultos: "Os projetos devem ser o resultado de um processo onde as pessoas se vão apercebendo das suas necessidades. O que exige uma visão bem definida que resultará numa sociedade justa. Os projetos podem ser realizados como instrumentos de transformação social, e os programas de desenvolvimento devem fazer um esforço consciente para traduzir esses mesmos projetos, em ferramentas úteis para acelerar o estabelecimento de uma sociedade justa. "

Hoje, diferentes conceções sociais, identidades, crenças religiosas moldam a nossa humanidade. Compartilhamos a responsabilidade de assegurar a dignidade de cada indivíduo. Precisamos de encontrar maneiras criativas de acabar com a marginalização e exclusão de grupos e indivíduos. O dia 17 de outubro deve ficar como um período primordial para encontrar caminhos criativos para este objetivo.

Tradução livre da responsabilidade de:  
Forum Abel Varzim - Lisboa / Portugal

---

<sup>i</sup> René Wadlow é membro de "Fellowship of Reconciliation" e do seu Grupo de Trabalho sobre o Médio Oriente, é presidente e representante na ONU (Genebra) da Associação de Cidadãos do Mundo e editor da "Transnational Perspectives". É membro da TRANSCEND Rede para a Paz, Desenvolvimento e Meio Ambiente.

